

Procedimentos para construção da Hidrelétrica de Santo Antônio já foram iniciados em agosto



UHE preservará a Cachoeira de Santo Antônio, um dos mais belos cartões-postais do Brasil

O local no qual será erguido o acampamento dos trabalhadores que atuarão na construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, no Rio Jari, na divisa dos Estados do Amapá e Pará, já está limpo. Um dos próximos passos será receber uma equipe do setor de endemias da Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari. Todas as licenças ambientais necessárias para a realização da obra já foram expedidas pelos órgãos competentes e a UHE de Santo Antônio finalmente será transformada em realidade para deleite da população da região do Vale do Jari, que há várias décadas conviveu com os problemas energéticos resultantes dos motores a óleo diesel e sonhava com energia de

acordo com o despacho da superintendência de gestão e estudos hidroenergéticos do órgão regulador, publicado na edição desta quinta-feira (28/7) do Diário Oficial da União, a usina terá 373,4MW, contra os 300MW previstos anteriormente, utilizando uma área de 31,7 quilômetros quadrados para seu reservatório.

A mudança no projeto já possuía o aval do Ibama, que também concedeu a licença de instalação, que permite o início da construção da planta. A usina será instalada no rio Jari, entre o Pará e o Amapá, pela ECE Participações e a Jari Energética. A ECE, que detém 90% do empreendimento, foi adquirida pela EDP Brasil em junho deste ano, em uma transação que não teve os valores revelados. A

preocupação de ambientalistas e moradores da região de que prejudicaria a cachoeira de Santo Antônio, o ponto turístico mais interessante da região. Outra especulação é sobre a importância da construção da hidrelétrica justamente num momento em que a região receberá energia elétrica oriunda do linhão de Tucuruí. A explicação é simples: a UHE de Santo Antônio será integrada ao Sistema Nacional de energia. Desta forma, a UHE venderá a energia excedente no período de maior produção.

Além dos aspectos altamente positivos, uma obra deste porte traz alguns impactos ambientais e sociais para a região. Por esta razão, o projeto possui um estudo detalhado que prevê a possibilidade, por exemplo, de migração de pessoas de outras

Deputada Fátima Pelaes (PMDB/AP) repudia acusações de desvio de dinheiro do turismo



Deputada Fátima Pelaes defende-se das acusações

O Ministério Público Federal no Amapá (MPF) concluiu o inquérito sobre o esquema de corrupção no Ministério do Turismo. Segundo o procurador da República, Celso Leal, os envolvidos serão denunciados nos próximos dias e a suspeita sobre a participação da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP) será enviada ao Supremo Tribunal Federal (STF). "A investigação está concluída e os autos agora serão remetidos ao STF para analisar o caso da deputada", afirmou.

A Polícia Federal investiga um esquema de corrupção que desviava dinheiro do Ministério do Turismo. Ela encontrou

Federal que a peemedebista teria recebido parte dos recursos desviados pela quadrilha em convênios da pasta.

Ao tomar conhecimento das acusações, a deputada Fátima Pelaes divulgou nota à imprensa para tentar esclarecer as denúncias. No texto, a parlamentar lista uma série de recursos orçamentários destinados ao Estado para o incremento do turismo local, como o Pier do Santa Inês, que prevê a urbanização da orla do bairro de Macapá, e o projeto do Parque do Meio do Mundo, que prevê a revitalização de um dos mais importantes pontos turísticos de Macapá. A deputada